

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Trabalho de Graduação Individual

Sandro Vieira

**Percurso Teórico e Metodológico para a Construção do Atlas das
Comunidades Tradicionais do Litoral Paulista**

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan

São Paulo, 2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Vp Vieira, Sandro
 Percurso Teórico e Metodológico para a Construção
do Atlas das Comunidades Tradicionais do Litoral
Paulista / Sandro Vieira; orientador Sueli Furlan -
São Paulo, 2022.
 42 f.

- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. comunidades tradicionais. 2. cartografia
participativa. 3. Unidades de Conservação. 4.
Geografia cultural. 5. Atlas. I. Furlan, Sueli ,
orient. II. Título.

Agradecimentos:

À minha companheira Fernanda, por todo amor, paciência, cuidado e ajuda durante esses muitos e intermináveis anos na graduação.

Aos meus pais e irmãos, que formaram grande parte do que sou hoje. Ah, os incríveis sobrinhos também, principalmente o Tatão!

Aos meus doguinhos Bacurau, Camilo, Giudita e Zuzu, pela companhia constante e pela alegria com que me recebiam na volta dos meus trabalhos de campo.

Aos maravilhosos amigos Bia, Chico, Horácio, Lili, Paloma, Pedro e Vini (a graduação ao lado de vocês fez com que mesmo nas dificuldades, o sorriso estivesse sempre presente em meu rosto).

À querida Dona Laurinda e todos os moradores de Castelhanos que também foram fundamentais nesse trabalho.

Aos professores, funcionários e colegas da minha longa caminhada pela graduação na FFLCH.

À minha queridíssima orientadora Sueli Furlan, pela oportunidade, sorrisos e apoio durante todo o processo da graduação.

Resumo:

A presente pesquisa tem como objetivo o planejamento de um Atlas que contemple as comunidades tradicionais do litoral paulista. Para isso, a partir de um levantamento bibliográfico sobre Unidades de Conservação, Comunidades Tradicionais, Geografia Cultural e Cartografia Participativa, propõe o percurso teórico metodológico para a futura produção do Atlas, material este que deve contribuir para registro das comunidades tradicionais e suas práticas de subsistência, além e servir também como troca de experiências entre as comunidades retratadas, assim como também, servir de material de apoio para àqueles que venham a realizar futuras pesquisas com essas comunidades, valorizando assim as populações e a cultura caiçara.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, Geografia Cultural, Comunidades tradicionais, Populações Caiçaras, Atlas, cartografia social

Abstract:

The present research has as objective the planning of an Atlas that contemplates the traditional communities of the coast of São Paulo. For this, based on a bibliographic survey on Conservation Units, Traditional Communities, Cultural Geography and Participatory Cartography, it proposes the theoretical methodological path for the future production of the Atlas, a material that should contribute to the registration of traditional communities and their subsistence practices. , in addition to serving as an exchange of experiences between the communities portrayed, as well as serving as support material for those who will carry out future research with these communities, thus valuing the populations and the caiçara culture.

Keywords: Conservation Units, Cultural Geography, Traditional Communities, Caiçara Populations, Atlas, social cartography

Sumário

Introdução.....	p. 4
Capítulo 1 Da geografia cultural à implantação das UC´S, uma breve análise histórica.....	p. 8
Capítulo 2 Os caiçaras e as unidades de conservação: do conflito às soluções possíveis	p. 15
2.1 Comunidade de Castelhanos Ilhabela – SP.....	p. 18
2.2 - Transcrição: 1ª. conversa com Laurinda Maria de Moraes Lucio – 09/11/2019 13h52.....	p. 19
2.3 – Transcrição: 2ª. Conversa com Laurinda Maria de Moraes Lucio – 05/06/2020 17H.....	p. 20
Capítulo 3 Ensaio para construção de um atlas das comunidades tradicionais.....	p.25
3.1 Por um registro fotográfico participativo e a cartografia participativa	p. 29
Conclusão.....	p. 40
Referências Bibliográficas.....	p. 41

Introdução

Inicialmente planejado para ser apresentado como *Atlas dos Povos Tradicionais do Litoral Paulista*, este trabalho acabou sendo modificado por conta da pandemia e de todas as limitações por ela imposta, principalmente as dificuldades relacionadas à inviabilidade da realização de trabalhos de campo, fator que quase compromete até mesmo a entrega desta “versão”. Assim surge este novo trabalho, que como indica o seu próprio título, chega como um percurso metodológico para a produção futura do *Atlas dos Povos Tradicionais do Litoral Paulista*.

Contando com três “temas-chave”, devidamente divididos em capítulos (que se justificam e se complementam), seguimos a linha teórica da geografia cultural para abordar, em um primeiro momento, a problemática que envolve as populações tradicionais do litoral paulista, os povos litorâneos muitas vezes identificados pelo termo “caiçara”, em sua complexidade e diversidade cultural, mas sobretudo, a relação conflituosa entre os interesses de subsistência desses povos, suas formas tradicionais de coexistir com o meio-ambiente, e as políticas nacionais de implementação das Unidades de Conservação (referidas posteriormente como UC’s).

Historicamente, desde que as UC’s foram criadas e delimitadas por leis federais, há uma profusão de relatos que indicam a complexidade na relação entre os povos tradicionais, e suas terras ancestrais, e os gestores dos parques estaduais e federais, que se avizinham a estas terras e até mesmo as incorporam, em muitas ocasiões. Com a força da lei ao seu lado, os parques passam a ser geridos a partir da imposição de regras e normas às comunidades tradicionais, desconsiderando seu conhecimento ancestral e dificultando o acesso à agricultura, pesca e outras atividades de subsistência. Além disso, a implementação das UC’s trazem uma nova forma de turismo, o turismo de massa, predatório, que traz consequências nefastas para a forma sustentável de se relacionar com o meio ambiente, tradicionalmente estabelecida por essas culturas milenares.

As UC’s trazem a institucionalização na forma de gerir o espaço geográfico, que no caso, representam os resquícios da Mata Atlântica, o meio ambiente cultivado por milênios pelos povos nativos, desde muito antes da colonização. A burocratização das medidas ambientais, fruto de um Estado dotado de uma contumaz ineficiência na fiscalização de crimes ambientais, como o desmatamento, a poluição e a

contaminação das águas e do solo, trazem problemas ainda mais sérios para os povos tradicionais. As políticas de conservação, que deveriam zelar pelo meio ambiente, proteger e garantir as formas de subsistências tradicionais, acabam tendo um sentido contrário. O que vemos, mais uma vez, é a gestão pública submissa aos interesses econômicos, apanágio do capitalismo atual.

Entretanto, para além dos conflitos, também apresentaremos experiências de cogestão entre as UC's e as comunidades tradicionais que se mostraram amplamente eficazes em relação ao quadro anterior, e que evidenciam a existência de inúmeras possibilidades de transformar essas relações conflituosas em realidades muito mais proveitosas e benéficas para todos os atores envolvidos.

Iniciaremos abordando aspectos da geografia cultural, seu histórico, evolução e seu papel enquanto ferramenta metodológica para a preservação da memória e do conhecimento dos povos tradicionais e de como ela pode ser fundamental para a elaboração do *Atlas*.

Nossa abordagem da geografia cultural buscará direcionar o trabalho considerando sua relevância metodológica em relação às comunidades tradicionais, principalmente no que diz respeito à paisagem. Ainda que o histórico da geografia cultural remonte ao século XIX, em obras de Vidal de la Blache, trabalharemos a partir das definições de Carl Sauer, a fim de refletir sobre as questões da espacialidade e da temporalidade que envolvem a problemática relação entre os povos tradicionais e a implementação das UC's.

Já no segundo capítulo, iremos dissertar sobre os povos tradicionais e sua relação com o meio ambiente. Para tal, abordaremos os estudos de Antonio Carlos Diegues e seus livros "*O mito da natureza Intocada*" e "*O nosso lugar virou parque*", assim como também o material produzido por Maurício Marinho Alcantara "*Conflitos e diálogos: análise dos sistemas de áreas protegidas e populações tradicionais na América Latina em florestas tropicais*", e de outros trabalhos realizados com comunidades tradicionais, como o de Mariana Pirró.

Completando esse capítulo, trataremos da perspectiva da situação dos povos tradicionais a partir do olhar de uma mulher caiçara, integrante de uma comunidade localizada dentro do parque estadual de Ilhabela, que nos concedeu algumas entrevistas, onde pudemos nos aprofundar na instável relação que ela e sua família travam com a gestão do parque.

O terceiro capítulo terá como tema o próprio *Atlas*, tratado aqui não só como sua definição clássica de “conjunto de mapas”, mas também como ferramenta para entender e registrar importantes aspectos do modo de vida das populações caiçaras do litoral paulista. Considerando toda diversidade existente entre esses povos, ainda que carreguem a conhecida denominação de “caiçaras”, traremos alguns exemplos da importância da valorização de sua cultura e da necessidade de registro de seus conhecimentos sobre as atividades de subsistência, religiosidade e relação com o meio ambiente.

Capítulo 1 – Da geografia cultural à implantação das UC'S, uma breve análise histórica

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestam.

Paul Claval

Em linhas gerais, a geografia cultural, segundo o geógrafo Carl Sauer, “dirige sua atenção para aqueles elementos da cultura material que conferem caráter específico à área”¹. Ou seja, ao contrário da geografia física, que mantém seu interesse na descrição do meio físico, a geografia cultural irá considerar os múltiplos aspectos da cultura que irão marcar a intersecção entre a civilização humana e o espaço geográfico. Assim, a fim de melhor compreender a relação do humano com o seu meio, a geografia cultural estabelece constante diálogo com outras ciências humanas, como a antropologia², a história, a sociologia.

Nessa perspectiva, a cultura é entendida como conjunto de manifestações e saberes humanos acumulados historicamente, plural, multifatorial. Englobando aspectos materiais de produção e subsistência humana (a intervenção humana sobre o ambiente), assim como os costumes, as tradições, os ritos, a religiosidade, ou seja, todo o modo de vida das mais diversas populações, a geografia cultural aponta para a diversidade cultural, já que as manifestações humanas costumam variar no espaço e no tempo, trazendo diferentes resultados.

Sauer apresenta a geografia cultural como atualização da geografia tradicional, da “corografia”, isto é, da descrição dos lugares, da análise física dos relevos, enfatizando o território e a conseqüente adaptação humana a esse meio. Ao contrário, a geografia cultural apresenta-se como metodologia para compreender o objeto geográfico considerando o ser humano como sujeito geomorfológico, considerando assim, o papel fundamental das civilizações humanas na produção do espaço

¹ SAUER, Carl. *Cultural Geography*. Enciclopedia of the Social Sciences, Volume VI, Mac Milan, 1931. Em: Espaço e Cultura, n°3, 1997. Tradução Suzana Mara Miranda Pacheco. p.1

² Como referência da área de antropologia, iremos utilizar a obra do Prof. Dr. Antônio Carlos Diegues, USP.

geográfico, podendo inclusive em alterá-lo substancialmente: “o último agente que modifica a superfície da Terra é o homem. O homem deve ser considerado diretamente como um agente geomorfológico, já que vem alterando cada vez mais as condições de denudação e colmatação da superfície da terra”.³ Assim, conclui Sauer: “A geografia cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica”.⁴

Se a humanidade consegue interferir, remodelar, transformar a superfície da terra, alterando relevos, aterrando ou alterando o curso de rios, desmatando áreas, modificando decisivamente ecossistemas complexos, a função da geografia cultural enquanto ciência é considerar e compreender os aspectos culturais que motivaram as populações humanas a intervir no espaço natural. Assim, a história é uma importante ferramenta da geografia cultural, pois auxilia o geógrafo a desvelar “as marcas visíveis, realmente extensivas e expressivas da presença do homem”.⁵ Portanto, “o desenvolvimento da geografia cultural procede necessariamente da reconstrução das sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original até o presente”.⁶

Nosso objeto de estudo geográfico no presente trabalho é o litoral paulista. Uma extensa faixa de terra, de aproximadamente 622km, o que significa cerca de 8,5% de todo o litoral brasileiro, é dividido em três partes: o litoral norte, que integra a mesorregião do Vale do Paraíba; a baixada santista, região metropolitana de Santos; e o litoral sul, que integra a mesorregião do Vale do Ribeira. Assim, iniciaremos nossa análise abordando as características físicas e culturais originais, se possível, dessa grande faixa territorial.

O litoral paulista é bastante heterogêneo em sua constituição física. De Ubatuba, ao norte, à Cananéia, na fronteira meridional do Estado, encontra-se uma diversidade de acidentes e habitats, como deltas, restingas, manguezais, praias, costões rochosos, baías, planícies e ilhas oceânicas. A Serra do Mar forma um verdadeiro corredor verde, já que corta o Estado do Vale do Paraíba ao Vale do Ribeira, e separa o litoral das áreas de planalto. Seu desnível chega a ser de 800m em algumas regiões, e guarda a maior e mais preservada região de Mata Atlântica no Brasil. Com grande diversidade de flora e fauna, composta muitas vezes como mata

³ Idem, ibidem, p. 3-4

⁴ Idem, ibidem, p. 4

⁵ Idem, ibidem, p. 5

⁶ Idem, ibidem, p. 5

fechada, “mares de morros” e áreas de encosta que invadem o litoral, separando praias, a Serra do Mar é o limite continental do litoral, formando imensos paredões de mata atlântica. Toda essa grande faixa de terra já era habitada muitos séculos antes da chegada dos portugueses, como indica a existência de sambaquis, datados de mais de 10000 anos⁷ e encontrados ao longo do litoral.

No litoral paulista, o contato entre colonizadores portugueses e os povos nativos se deu a partir da década de 1530. Tupiniquins e tamoios ao norte, tupinambás, na região da baixada santista e carijós no litoral sul, foram os povos que primeiro sofreram a interferência dos colonizadores. Estudos mostram que os povos do tronco linguístico tupi, intensificaram a ocupação do território brasileiro a partir do norte, fixando-se na Bacia do Guaporé, em Rondônia, há cerca de 5000 anos⁸. Aos poucos, espalharam-se por todo o centro sul brasileiro, ocupando o território e produzindo diversidade cultural e linguística. “Por Tupi designa-se um tronco linguístico que conta com aproximadamente 41 línguas que se expandiram, há vários milênios, pelo leste da América do Sul (Brasil, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai). Por Tupi são designados os povos falantes dessas línguas”.⁹ As línguas mais citadas pelos portugueses no seu contato com os nativos são o Tupinambá e o Guarani, o que continua a gerar discussão entre os linguistas. Em 1886, o antropólogo alemão Von den Stainen alcunha o termo “tupi-guarani”¹⁰, que acaba sendo incorporado pela literatura científica e usado de forma indiscriminada para designar toda a complexidade linguística do tupi.

É do tupi (ou guarani) que vem a palavra “caiçara”,.: “KAÁ-YÇÁ. Substantivo: cerca de ramos, estacada”¹¹. Embora a etimologia não revele detalhes de sua ascendência, o termo passou a designar genericamente povos tradicionais, habitantes da faixa litorânea sul do Brasil no período colonial. Historicamente, os caiçaras são um conjunto mais ou menos definido de populações miscigenadas: os nativos, de origem tupi, os colonizadores europeus (não apenas portugueses) e ex-escravizados africanos, fugitivos ou organizados em quilombos. Esse grupo heterogêneo habita o corredor litorâneo, cujos limites são o mar e a serra, estendendo-se do sul do litoral

⁷ VARGAS, Milton. *Baixada Santistas, suas bases físicas*. Revista da USP, n. 41, 1999, p. 18-27.

⁸ MILLER, E. T. Pesquisas arqueológicas paleoindígenas no Brasil Ocidental. *Estudios Atacameños*, v. 8, p. 39-64, 1987

⁹ NOELLI, Francisco. *Rotas de expansão dos Tupi*. Revista de Antropologia. São Paulo, USP. 1996, p. 9.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p.

¹¹ CARVALHO, Moacyr R. *Dicionário Tupi (antigo)-Português*. Salvador, Bahia. 1987, p.

fluminense, passando por todo litoral paulista, até a costa paranaense. “Como outras comunidades tradicionais, que receberam de índios e negros uma grande herança linguística, técnicas patrimoniais, mitos e lendas, tais como os quilombolas, ribeirinhos, sertanejos, os caiçaras fazem parte do grande número de populações tradicionais brasileiras”.¹²

Registros históricos escassos indicam a presença dessas populações no litoral paulista desde o século XVIII, como a Carta de Morgado de Mateus ao conde de Oeiras, de 1768, que traz informações sobre o povo caiçara: “Os habitantes são muito miseráveis, dispersos em grande distância uns dos outros, só se comunicam em canoas pelo mar, vivem da pesca e de alguma tênue lavoura de mandioca e algumas laranjas que cultivam junto a Praya...”¹³. Aqui, D. Luís Antonio de Sousa Botelho de Mourão, conhecido como Morgado de Mateus, escreve ao senhor Conde de Oeiras, posteriormente conhecido como Marquês de Pombal. Morgado de Mateus fora nomeado como governador da capitania de São Paulo e escreve queixando-se do atraso e da ignorância dos povos que habitavam a região. Sob o olhar do político, ao modo de vida simples dos caiçaras somam-se sua ignorância política e desconhecimento até mesmo sobre o nome do Rei de Portugal, D. José I.

Lentamente irá se formar uma identidade étnico-cultural dos caiçaras, mas vale ressaltar que esta nunca foi homogênea. Ao trabalhar o conceito identidade, o sociólogo Stuart Hall define:

Pode ser tentador pensar na identidade, como estando destinada a acabar num lugar ou noutro: ou retornando às suas "raízes" ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização, mas esse pode ser um falso dilema, pois há uma outra possibilidade: a da Tradução. (...) Pessoas "traduzidas" retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas,

¹² DIEGUES, A. & ARRUDA, R. Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Ministério do Meio-Ambiente, Brasília, 2000.

¹³ MORGADO DE MATEUS. In: MARCILIO, M.L.(1986) Caiçara: terra e população. Estudo de demografia histórica e historia social de Ubatuba, S.P. Paulinas/Cedhal/USP, p. 50.

das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas. (...) As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural "perdida" ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente traduzidas.¹⁴

É neste contexto que devemos entender a identidade cultural dos caiçaras. São povos que foram marginalizados, e até certo ponto, esquecidos pela colonização, que priorizou o povoamento, a ocupação e o desenvolvimento econômico do interior. O litoral paulista, imensamente explorado nas primeiras décadas da ocupação portuguesa, sobretudo pelo extrativismo do pau-brasil, aos poucos perdeu seu valor econômico, concentrando-se numa economia de subsistência dos caiçaras.

Se a região da baixada santista foi transformada em área metropolitana nas últimas décadas, o mesmo não se pode dizer das áreas norte e sul do litoral paulista, que vem sofrendo as consequências do avanço da especulação imobiliária, que desmata e impõe a construção desregrada de condomínios luxuosos, mas que muitas vezes não atendem as legislações ambientais, e o turismo de massa, que impacta decisivamente no modo de vida dos caiçaras, trazendo ainda muita degradação ambiental, além das restrições ambientais para os nativos praticarem a pesca, a agricultura e o artesanato. Todos esses fatores constituem um quadro problemático para a subsistência desses povos, que lutam para conservar sua identidade cultural e seu modo de vida tradicional.

A luta por sobrevivência dos caiçaras aparece claramente nas palavras do historiador do Vale do Ribeira, Antonio Paulino de Almeida: ““Nessa luta terrível, ora para a terra ora para o mar, consomem toda a energia, julgando-se felizes quando conseguem algumas roças de mandioca e os apetrechos principais para a pesca”.¹⁵ Certo é que por fatores geográficos e também sócio-culturais, a economia caiçara se

¹⁴ HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, p. 52

¹⁵ ALMEIDA, Antônio Paulino. *Usos e costumes praianos*. In: DIEGUES, A.C. Enciclopédia Caiçara - Vol. IV, op. cit., p. 70.

reduz à faixa litorânea, já que “a pouca disponibilidade de terra para agricultura nas planícies costeiras, não só restringiu o número de engenhos, como também forçou as pequenas propriedades caiçaras a se estabelecerem nas planícies menores, nas encostas, onde produziam farinha de mandioca e peixe”.¹⁶ A cultura caiçara é centrada na subsistência. Ainda hoje, o foco dos vilarejos caiçaras é a produção dos meios materiais para sua sobrevivência. A agricultura é uma dessas técnicas herdadas dos antepassados, sobretudo o cultivo de mandioca, principal cultura dos povos tupi. A pesca, além de alimentar as populações caiçaras, também é uma importante fonte de renda, já que o comércio das mais variadas espécies de peixes, crustáceos e frutos do mar é intenso em toda costa litorânea. Do mesmo modo, a produção artesanal de vasos, cerâmicas, tecidos, cestos, balaios, tapetes etc, é uma importante fonte da economia local, além de integrar os costumes tradicionais destes povos.

Paulino de Almeida também apresenta a importância dos saberes tradicionais dos caiçaras, vistos como populações que unem seu conhecimento às práticas de subsistência:

“O caiçara tem um conhecimento aprofundado do mar e da mata, sobretudo no que diz respeito à previsão do tempo, fundamental para a pesca, através de sinais como o tipo de vento, de nuvem, de maré, de corrente marítima, de fases e posição da lua. (...) Tendo o mar diante de si, e, para traz, o paredão da cordilheira marítima como que a interceptá-la do Planalto - inteiramente isolada da civilização e do progresso - passou a população da marinha como que a viver uma vida inteiramente à parte, conservando suas lendas e tradições, usos e costumes”.¹⁷

A marginalização imposta pela colonização ajudou a manter as tradições dos caiçaras, o que vem sendo refreado pelo avanço da especulação imobiliária, munidas de práticas ilegais, como a pirataria imobiliária e a grilagem, reduziu ainda mais os

¹⁶ ADAMS, Cristina. *Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental*. Recife: Sociedade brasileira de etnobiologia e etnologia, 2002, p. 5.

¹⁷ ALMEIDA, Antônio Paulino. *Usos e costumes praianos*. In: DIEGUES, A.C. *Enciclopédia Caiçara - Vol. IV*, op. cit., p. 58.

territórios caiçaras. Na onda do crescimento econômico desenfreado, do progresso do Capital sobre o meio ambiente, estas populações foram extremamente prejudicadas ao perderem suas terras, ou ao assistir o surgimento de políticas públicas, conhecidas como “Unidades de Conservação”, os parques municipais, estaduais e federais, regulamentados por legislação específica, acabou absorvendo ou incorporando boa parte de seus territórios. Ou seja, ao invés de resolver o problema, a instituição das UC’s acabou por intensificar a marginalização dessas populações, cada vez mais periféricas e com maior dificuldade para exercer suas atividades de subsistência.

A implementação das UC’s datam do fim do século XX, através da Lei Federal Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 e seu propósito reside no ideal de conservação da natureza por meio do poder público, ainda que, na prática, a aplicação desta legislação encontre muitos obstáculos para efetivar-se. Por UC’s, entende-se: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”¹⁸.

Vale ressaltar que o texto da lei em nada institui ou garante o direito dos caiçaras sobre suas terras, ou protegem-nos das incursões predatórias dos ramos imobiliário e turístico, que vêm impondo uma série de dificuldades para estas populações. O crescimento populacional e os interesses turísticos e econômicos-imobiliários pela região vêm se intensificando desde a construção da Rodovia Rio-Santos, em meados dos anos 1980. A criação das UC’s foram um passo importante na direção da conservação ambiental da Mata Atlântica, porém, ao desconsiderar o direito dos povos tradicionais sobre seus territórios, além de desprezar suas práticas culturais, seus saberes e práticas de conservação ambiental, acabam gerando conflitos que somente serão resolvidos nos tribunais, após anos de embates e muitos entraves para os caiçaras, o lado mais vulnerável nesse embate entre Estado, Capital e povos tradicionais. Terminamos o capítulo citando um artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*: “Como coloca a relatora especial da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, a conservação ambiental não pode seguir erigindo "fortalezas" que excluam a população tradicional. O recente relatório global

¹⁸ BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Art 2º, I.

da IPBES (Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos) enfatiza essa recomendação”¹⁹.

Capítulo II – Os caiçaras e as unidades de conservação: do conflito às soluções possíveis

A geografia cultural apresenta uma necessária incursão pela cultura dos povos localizados geograficamente. Desse percurso emerge um saber que relaciona discursos, as formas de representação e pensamento das populações diante de seu espaço, revelando ainda uma identidade cultural e local, já que cada população constrói diferentes vínculos com diferentes territórios. Assim, a metodologia da geografia cultural, que dialoga constantemente com outras ciências humanas (antropologia, sociologia, etnociências, psicologia, história), evidencia as particularidades de cada população em cada contexto do espaço geográfico. Desse modo, a cultura é interpretada como um fenômeno complexo, multifacetado, onde a abordagem multidisciplinar mostra-se necessária para evitar erros ou reducionismos.

O extenso litoral paulista, que tem cerca de 622km entre seus extremos, apresenta populações muito diversificadas culturalmente, ainda que apresentem pontos em comum, principalmente em relação às formas de subsistência. Mesmo a proximidade física entre alguns desses povos carregam traços que foram construídos com suas respectivas identidades, como podemos observar na pesquisa realizada com algumas comunidades tradicionais da Ilhabela/SP: “Em específico para as populações tradicionais aqui estudadas que se distribuem pelo Arquipélago, é importante que se considere suas particularidades, tanto das comunidades em relação ao município como um todo, como em relação a cada uma delas”²⁰ (Pirrô, Mariana, 2010, p. 104).

Claro que fatores geográficos também influenciam diretamente no modo de vida de populações tradicionais, assim como a legislação, a força do Estado, que muitas vezes se mostra omissa, acabam tendo papel preponderante sobre as atividades de subsistência desses povos. Há, inclusive, populações que habitam

¹⁹ CUNHA, Manuela Carneiro. VILLAS-BÔAS, André. HAYAMI, A. Toshio. *Os caiçaras da Jureia à frente da conservação*. São Paulo: Folha de São Paulo, 10/10/2019, A3.

²⁰ PIRRÔ, Mariana. *Práticas de pesquisa de campo com comunidades tradicionais: contribuições para a gestão participativa do Arquipélago de Ilhabela-SP*. USP: São Paulo, 2010, p.105.

áreas dentro de Unidades de Conservação, que por conta da regulamentação e da interdição de muitas de suas atividades de subsistência, como a pesca, a caça e a agricultura de subsistência, por muitas vezes tiveram que se readaptar nos locais que já vivem por séculos.

A relação dos povos tradicionais do litoral paulista com a administração pública vem se mostrando cada vez mais conflituosa. Os embates surgem principalmente em decorrência de arbitrariedades (por parte das gestões e de órgãos fiscalizadores) que utilizam dos meios jurídicos para justificar a necessidade da retirada e da expulsão dos povos caiçaras de suas terras. Vivendo sob intensa pressão, ora por parte do poder público, ora por parte da especulação imobiliária, as comunidades caiçaras que habitam a costa do litoral paulista, que hoje somam um número muito extenso de pessoas que seguem em busca de reconhecimento e direitos que garantam sua sobrevivência.

A implementação das UC's segue um modelo estadunidense, desconectado da realidade dos países ao sul dos trópicos (DIEGUES 1999) e ainda muito mais distante das particularidades do modo de vida dos caiçaras e de suas necessidades de subsistência. O cerne do embate é a ideia de *natureza preservacionista*, que se fundamenta em um princípio generalizador: as relações entre sociedade e natureza ocorrem sempre de forma degradante, o que leva à conclusão de que as UC's deveriam conservar o meio ambiente da intervenção humana, inclusive a dos caiçaras, ainda que estas sejam marcadas por uma sustentabilidade milenar.

Embora diante do avanço destruidor do capitalismo, em suas mais diversas formas de exploração, as políticas de conservação ambiental não devem ser descartadas, são fundamentais, garantias mínimas para refrear a evolução distópica que a degradação do meio ambiente está nos proporcionando (desmatamento, alterações climáticas, aquecimento global), a conservação ambiental precisa levar em conta os conhecimentos dos povos tradicionais, garantir sua vida, mediante o acesso à terra e ao mar, e em considerar estes povos como aliados na preservação do meio ambiente, não inimigos. Dessa maneira, a questão seria conciliar uma proteção eficaz para a fauna e a flora nativa e simultaneamente proporcionar bem-estar e melhoria de vida aos caiçaras. De que modo isso seria possível?

As diversas experiências de modelos de gestão compartilhada, adotadas em alguns parques do território nacional, apresentam um modelo de participação bem

mais democrático do que o proposto pela legislação que institui as UC's, e deveriam se tornar a forma preponderante em gerir os parques. As atuais UC'S apresentam quase em sua totalidade um modelo de gestão desinteressado às necessidades e aos saberes dos povos tradicionais (DIEGUES, 2014). É necessário direcionar o olhar para novas práticas de conservação, uma vez que a própria existência de áreas conservadas no entorno de populações tradicionais demonstra que sua presença não degrada, muito pelo contrário, utilizando-se de seu amplo conhecimento e pertencimento ao território para coexistir de forma equilibrada, sustentável, estes povos aliam o conhecimento com o meio ambiente, à necessidade de preservação, que invariavelmente garante a sua própria existência.

Além disso, também é possível pensar em modelos que podem formar mosaicos: áreas de proteção integral (onde não existam habitantes) conciliadas com áreas que podem ser de uso sustentável (Reservas de Uso Sustentável). Um bom exemplo, é a Reserva de Uso Sustentável de Mamirauá, na Amazônia. Esta experiência alia a conservação ambiental com o desenvolvimento social sustentável, abrigando 177 comunidades presentes nessa reserva conciliando ciência e o conhecimento dos povos tradicionais sobre a floresta. A existência bem sucedida dessa reserva faz cair por terra o mito de que a natureza precisa ser intocada para ser conservada. A intervenção humana pode trazer resultados positivos se o objetivo estiver para além do lucro.

Outra importante característica da Reserva de Mamirauá é seu sistema de cogestão: a gestão é participativa, democrática, exercida principalmente através de fóruns de comunitários e suas lideranças. As principais decisões referentes ao manejo dos recursos naturais são tomadas de forma coletiva e participativa, ou seja, a própria população decide junto e democraticamente com a gestão do parque. Desse modo, reconhecer os saberes dos povos tradicionais e possibilitar sua participação nas decisões de gestão do território em que vivem, parece ser uma proposta de gestão adequada para o futuro da proteção ambiental no Brasil, Este modelo considera a vida e o saber dos povos tradicionais como fundamentais para o sucesso dessa política, mostrando-se mais eficazes e realistas, já que parte do conhecimento concreto dessas populações e de suas necessidades reais.

2.1 Comunidade de Castelhanos- Ilhabela - SP

Esta pesquisa trouxe oportunidades para visitarmos a comunidade de Castelhanos, localizada dentro do Parque Estadual da Ilhabela, (município de São Sebastião, litoral norte de São Paulo), onde pudemos ter uma noção mais vívida do que significa estar inserido em uma Unidade de Conservação. A implantação desta UC é bastante anterior à legislação que regulamenta as UC's²¹, e ocorreu em 1977, durante o governo Geisel.

É desse período também que datam as primeiras propostas elaboradas de UC's, importadas dos EUA pelos militares brasileiros. O resultado é catastrófico para os povos tradicionais, que perdem seu direito à terra, às águas, ao uso sustentável e a preservação do meio ambiente, ficando de mãos atadas. A “modernização conservadora” permeou o processo de implantação das UC's no Brasil, tendo como horizonte um viés muito mais ideológico e propagandístico do que propriamente ambiental. Como afirmam ANDRADE e IADANZA (2016):

“O modelo de desenvolvimento adotado pelos governos brasileiros no período da ditadura militar (1964-1985) foi baseado em fartos incentivos financeiros, proporcionados pelo Estado e por suas políticas públicas voltadas para a implementação de infraestruturas e para a construção de um aparato institucional de desenvolvimento nacional e regional. Este processo de “modernização conservadora”, ocorrido no campo brasileiro, foi extremamente desigual e danoso para os povos indígenas, para as populações locais e para o meio ambiente”.²²

A política entreguista dos governos militares brasileiros, aliada à ideia de natureza preservacionista, impôs alterações substanciais no modo de vida dos caiçaras, que desde então vem encontrando imensas dificuldades de subsistência, já que as políticas de preservação ambiental no Brasil vem ignorando completamente as

²¹ Conforme apresentado anteriormente, Lei Federal N° 9.985, de 18 de Julho de 2000.

²² ANDRADE, Manoel P. e IADANZA, Enaile E. S. *Unidades de Conservação no Brasil: algumas considerações e desafios*. Revista de Extensão e Estudos Rurais. Viçosa: 2016, p. 87

populações de seu entorno, e tendo como foco apenas os aspectos cênicos e biológicos da questão (DIEGUES e NOGARA, 2005). Muitas querelas envolvendo grileiros e caiçaras terminam na esfera jurídica e nem sempre o ganho de causa é dos povos tradicionais.

De acordo com levantamento feito em 2008, na ocasião da pesquisa de Mariana Pirró, cerca de 83 famílias e 269 pessoas habitavam o interior do parque estadual da Ilhabela. Uma dessas famílias é a de Dona Laurinda, moradora nascida e criada na comunidade de Castelhanos, cujos filhos são a 5ª geração da família no território.

Tivemos o privilégio de conversar com Dona Laurinda, que aos 59 anos, conta como foi perceber as alterações no modo de vida daquela pequena comunidade e de como ela manteve sua força intacta, mesmo diante de mudanças que ela nunca buscou. Seguem abaixo as transcrições de duas dessas conversas.

2.2 Transcrição: 1ª. conversa com Laurinda Maria de Moraes Lucio – 09/11/2019 13h52

Eu me chamo Laurinda Maria de Moraes, 59 anos, nascida na praia de Castelhanos, nesse lugar lindo. Depois de um casamento falido, me casei de novo aqui em Castelhanos, sou nascida aqui e hoje, ser mulher nesse lugar, ser mulher dessa comunidade é muito importante, temos uma característica de vida simples, mas muito gostosa.

Eu gosto do mar, sou pescadora em primeiro plano e segundo plano sou artesã, adoro o que faço, gosto muito desse lugar. Para mim viver aqui não tem explicação, primeiro pela vista que eu tenho quando abro a janela do meu quarto logo cedo, tenho o mar na minha frente, um ar puro, uma vista maravilhosa onde ninguém tem e só eu tenho. Eu sou muito feliz, agradeço a Deus todo dia pelo lugar que eu moro, pelo lugar onde meu pai me fez nascer, um pouco da criação...

Nossos filhos já são a quinta geração e eu me sinto lisonjeada por viver aqui até hoje. Sinto falta sim, dos bons momentos que eram, onde antigamente era realmente uma comunidade tradicional isolada. Hoje por causa do turismo desenfreado, estamos perdendo nossa liberdade, mas fora isso, adoramos esse lugar.

Para mim, sem questionamentos, viver aqui não tem palavras que descrevam. Espero que no futuro, as futuras gerações ainda achem essa praia uma das dez mais

lindas do país, porque ela já foi considerada assim um tempo atrás, acho que em 2002. E que ela seja assim por mais umas vinte gerações.

2.3 Transcrição: 2ª. conversa com Laurinda Maria de Moraes Lucio – 05/06/2020

Eu não fui uma...é, digamos assim, quando eu me entendi por gente eu já comecei a trabalhar muito cedo. Mesmo dentro de casa né, porque minha mãe trabalhava fora e deixava o encargo da casa para mim, por isso eu falo que comecei a trabalhar cedo. Então eu não tive uma infância normal como outras pessoas, de brincar de boneca, de casinha, essas coisas, eu não tive essa infância. Primeiro porque meu irmão mais velho é homem, né, depois de mim também era homem e abaixo dele, também era homem. Então eu fui a única mulher entre cinco irmãos, aí ficava difícil, já com meus treze anos resolvi trabalhar fora, em casa de famílias. Eu nasci aqui em Castelhanos e criada na cidade, em São Sebastião. Meus pais saíram cedo daqui, eu tinha por volta de dois anos quando eles saíram. Meus pais são nascidos aqui, minha mãe tem descendente de europeu e meu pai de afros, de africanos. Meu avô e bisavô eram negros e da parte da minha mãe eram branco azedo dos olhos claros.

Meus irmãos estão todos na cidade, tem um que é especial e mora comigo, você chegou a ver ele aqui em casa. O restante mora na cidade, a mais nova é costureira, acima dela tá terminando pedagogia, meus dois irmãos, o mais velho é mecânico e tem um apelido estranho que é de Ari Marreta, porque tudo que ele aperta só saí com marreta o parafuso, e abaixo de mim tem um irmão que mora aqui na comunidade da Serraria e abaixo dele tem o Joselito que mora na cidade também e é pescador. Somos em sete filhos vivos, foram dez e sete se criaram.

Ah sim, tenho uma filha, ela tem 35 anos e mora em São Sebastião, ela é funcionária pública de Caraguatatuba. E hoje, ela, depois de muito lutar, salutar que não queria, casou-se, casou em setembro, faz um ano, ela foi criada na cidade, teve infância, adolescência, teve que trabalhar cedo porque ela quis, mas eu ralei muito pra que ela tivesse uma vida melhor que a minha sim, é, eu tentei fazer com que ela não tivesse tanto sofrimento como eu sofri, ela teve uma infância boa, estudou bastante, só não fez faculdade com meu dinheiro, ajudei no que pude, o que dei pra ela foi o curso da Wisard onde ela aprendeu o inglês e hoje ela tá terminando a segunda faculdade que é de Letras, também em inglês e português, ela é pedagoga,

primeira faculdade de pedagogia e agora termina o ultimo modulo de Letras. Graças a deus, pelo lugar que ela cresceu, ela tá bem, o lugar que ela cresceu influenciou bastante para que ela tivesse uma vida melhor, que eu tivesse proporcionado uma vida melhor pra ela, Acho que eu consegui sim fazer o que meus pais não fizeram por mim.

Olha, pelo menos pra mim qualidade de vida aqui é muito melhor, muito. Não sei das outras pessoas se perguntar pra elas, não sou muito de me envolver mas acho que pra todo mundo que se perguntar vai dizer que é bem melhor. É uma qualidade de vida que não tem como explicar né, nós não temos poluição, nem na água do mar e nem no rio, não temos poluição no ar, quer dizer, hoje temos a pandemia que é pra todo mundo, mas fora isso a qualidade de vida é maravilhosa.

Ser pescadora pra mim é a melhor coisa do planeta, não diferencia se sou mulher de pescador, ou se sou mulher, ou se muda porque sou mulher e pescadora, não, eu não sinto que tenha diferença não porque tudo que eles sabem fazer eu também sei fazer, hoje eu sei fazer, desde consertar rede, fazer rede, a ter que colocar no mar, tirar do mar, então não tem muita diferença não, mas é isso....

Bom, o turismo no meu ver, na minha opinião, aquele turismo de massa, ele tem um impacto muito grande né, então pra mim, ele não é muito favorável , não é favorável, porque ele tira muito o turismo pra nós, que nem agora estamos fazendo o turismo de base comunitária, que infelizmente agora com a pandemia deu uma parada, mas...pode ficar melhor se não fosse esse turismo de massa. Já o parque em si, não atrapalha muito, tem suas restrições porque tudo nessa vida tem restrição, tudo tem que ter Lei, a gente tem que cumprir, né, e também se não fosse o parque nessa pandemia a gente tava ferrado né, porque eles estão nos ajudando a conter a o que, a quase não vir ninguém em castelhano. A gente está totalmente isolado do planeta, a gente só pode ir na cidade se realmente for preciso ou em caso de emergência, então eu acho que tem o lado positivo do parque nessa questão.

Se pudesse escolher entre ter turismo ou não, eu preferia não ter o turismo de massa, queria um turismo mais clássico, mais voltado para natureza, com menos impacto no caso.



Dona Laurinda - Maio 2019

Além das conversas com Dona Laurinda, também contatamos brevemente mais três moradores da comunidade, que trouxeram percepções parecidas. O que fica evidente é a perda da autonomia dos caiçaras mediante às interdições impostas pelas novas legislações, que impedem totalmente ou colocam sérios entraves sobre suas atividades de subsistência. Uma solução possível é justamente a adoção de uma gestão participativa, que traz a comunidade para o centro das discussões. É importante a participação da comunidade em todos os debates e decisões acerca de mudanças e propostas, uma participação ativa, com voz e poder de decisão perante as medidas adotadas pela gestão.

Uma proposta alternativa na gestão das UC's, experimentadas em alguns parques do território brasileiro, são os mosaicos. Estes projetos são modelos de gestão que buscam articular as diretrizes institucionais às necessidades e conhecimento das populações locais, possibilitando a participação de comunitários na gestão, como forma de garantir e preservar a biodiversidade aliadas a práticas de valorização da sociodiversidade e do desenvolvimento de uma economia sustentável numa escala regional.

Além de aliar a preservação da cultura dos povos tradicionais à preservação da biodiversidade, o modelo de gestão dos mosaicos também regulamenta as atividades de pesquisa científica, além de um monitoramento mais eficiente dos avanços de empreendimentos com grande potencial de impacto sócio-ambiental. Os mosaicos são instituídos por lei:

“quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”.²³

Diante da aplicação de modelos de conservação que excluem e não compreendem o papel do modo de vida tradicional na conservação, surgem novos paradigmas que trazem em seu bojo a ideia de gestão colaborativa, ou cogestão adaptativa, uma alternativa de inclusão e equidade para as comunidades tradicionais. Nessa perspectiva, dois exemplos ilustram a atual situação dessa proposta, que ainda esbarra em desinteresse político e na ganância do capital: o Parque Estadual Ilha do Cardoso e o Mosaico de Unidades de Conservação de Juréia-Itatins.

A Ilha do Cardoso encontra-se no limite sul do litoral paulista, pertencendo ao município de Cananeia. O Parque foi instituído como área de preservação ambiental em 1962, quando o uso dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais foi regulamentado.²⁴ As terras, inicialmente utilizadas para a agricultura familiar, os multirões caiçaras, práticas voltadas ao coletivismo, com a recente expansão do turismo vem modificando suas atividades. Focado num “turismo comunitário” ou “turismo sustentável”, as práticas econômicas da região vem se moldando diante das necessidades dos moradores, da regulamentação e da especulação do mercado, que

²³ BRASIL. Lei N° 9.985, de 18 de Julho de 2000. Art 26°.

²⁴ CAMPOS, Larissa Paraguassú. Preservação ambiental e ecoturismo na comunidade Marujá, Ilha do Cardoso-SP. UFMG: Belo Horizonte, p. 2

institui valor de mercado à utilização do meio ambiente e alia a conservação do ambiente à geração de renda para as comunidades locais. Dessa forma, as práticas tradicionais de subsistência vão sendo substituídas por um turismo ambiental, onde a visitação é controlada, ainda que seja perceptível a intensificação sazonal do turismo, principalmente nos meses de verão, o que vem a substituir o modelo de subsistência pela economia do turismo, onde pousadas, campings, restaurantes e trilhas ecológicas passam a integrar as atividades essenciais dessas populações, de modo muito parecido com o que vimos na fala de Dona Laurinda na Ilhabela. O que decorre disso é uma proposta de preservação ambiental aliada a práticas econômicas sustentáveis, assimiladas pelos caiçaras.

Já no caso do MUCJI (Mosaico de Unidades de Conservação de Juréia-Itatins), o primeiro mosaico de unidades de conservação das áreas de Mata Atlântica do Estado de São Paulo, legalmente estabelecido em 1986, sua instituição se deve à pressão popular das comunidades caiçaras, que reivindicaram a necessidade de uso das terras para fins de subsistência. Entretanto, na prática, o uso das terras esteve condicionado ao legislativo e às ações impetradas no judiciário, que trouxeram algumas poucas vitórias para as comunidades caiçaras. É o que vemos na legislação que institui o mosaico:

“Artigo 12º. Aos ocupantes tradicionais do Mosaico Jureia - Itatins, previsto no artigo 11º desta lei, que preencham o disposto no artigo 7º, será garantido o direito de reassentamento em uma das RDSs do Mosaico mediante prévia aprovação dos Conselhos Deliberativos dessas unidades. Parágrafo único. Ficam garantidos os acessos às moradias regulares existentes no interior do Mosaico Jureia-Itatins, nos termos desta lei, obedecidas as regras estabelecidas no Plano de Manejo.”²⁵

Se na teoria, os mosaicos trazem a possibilidade de participação das comunidades na gestão das UC's, na prática, vemos essa participação esvaziada por um poder público que através de imbróglis jurídicos, dos interesses do capital

²⁵ SÃO PAULO, LEI Nº 14.982, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

(especulação imobiliária e turismo de massa), continua a impor obstáculos para a sobrevivência dos caiçaras. A questão que fica é: seria possível conciliar os interesses? É possível preservar o meio ambiente, a cultura tradicional e ainda garantir o desenvolvimento econômico dessas populações?

Capítulo 3 - Ensaio para construção de um atlas das comunidades tradicionais.

Numa simples definição, um atlas seria um conjunto de mapas/cartas geográficas que particiona temas de um um todo do qual se quer tratar. Foi em 1570 que o primeiro atlas foi criado, confeccionado por Ortelius e com um tema que reunia mapas de diversos importantes cartógrafos do período, incluindo entre estes, Mercator, autor que criou seu pri²⁶meiro mapa mundi ainda e 1538.

Desde então o modelo atlas tem sido usado nas mais diversas situações, como materiais didáticos, guia para turismo etc, e tem importante papel na formação de estudantes de nível médio e superior.

Já a ideia para a produção de um *Atlas dos Povos Tradicionais do Litoral Paulista* traz como principal objetivo o registro de povos que vivem entre o mar e as matas, e que buscam sua resistência perante imposições e transformações externas. Além disso, o *Atlas* poderá ser também uma ferramenta para futuras pesquisas envolvendo as comunidades caiçaras. Importante destacar que na revisão bibliográfica desta pesquisa não encontramos nenhum tipo de registro censitário das comunidades caiçaras desta região. Mesmo no IBGE que registra dados populacionais, de renda, escolaridade e outros dados censitários não existem dados específicos deste território caiçara.

Ao organizar as informações sobre localização, modo de vida, formas de subsistência e outros fatores em linguagens geocartográficas, indiretamente iluminamos a cultura desses povos para que possam expressar sua importância principalmente quando pensamos em conservação geográfica (FURLAN,2014), como reconhecimento das territorialidades.

²⁶ SEEMANN, Jörn. MERCATOR E OS GEOGRAFOS: em busca de uma “projeção” do mundo. **Mercator** , Fortaleza, v. 2, n. 3, nov. 2008. ISSN 1984-220

Como há muito tempo o atlas deixou de ser apenas uma coleção de mapas de um tema específico e passou a trazer outras informações, como por exemplo, biomas, espécies arbóreas etc, surgiram também novas ideias que promoveram a criação de mapas culturais e mapas colaborativos, onde a participação da comunidade na criação desses é parte fundamental.

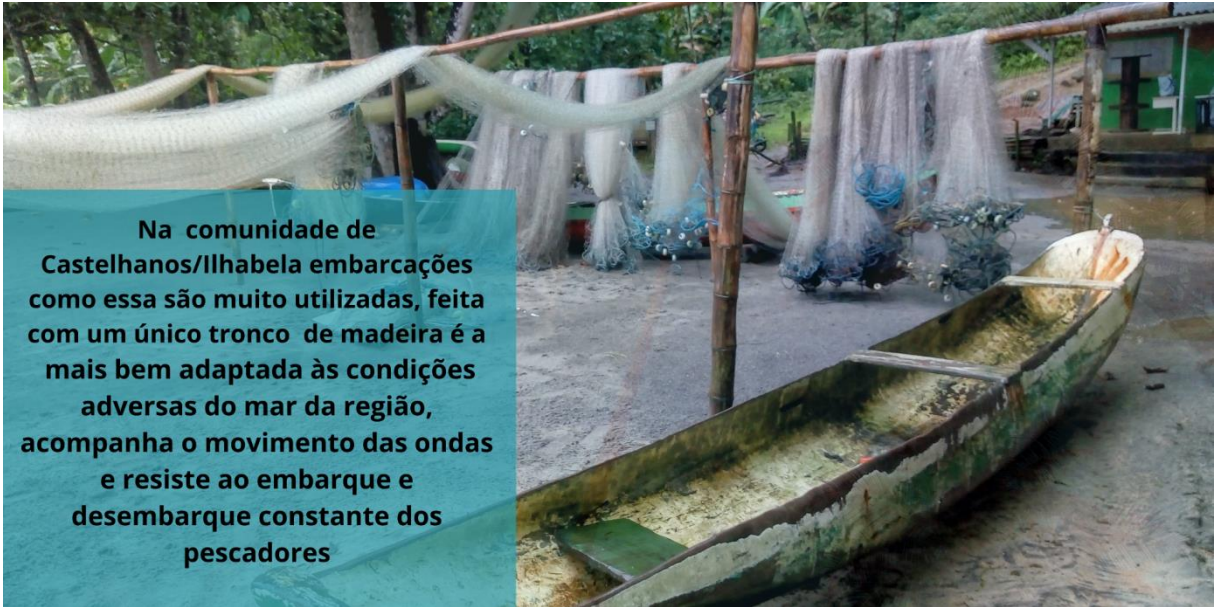
Falando um pouco sobre “mapas culturais” enquanto instrumento da cartografia, estes têm como objetivo tratar aspectos culturais, históricos e também sobre os modos de vida de um território tradicional, seja de um povo específico, ou de vários povos, que no caso do Atlas das Comunidades Caiçaras do Estado de São Paulo, traz esse recorte das comunidades caiçaras da faixa litorânea paulista.

Independente do formato final, é imprescindível que a participação da comunidade na construção dos mapas aconteça de forma plena, pois essa participação, além de empoderar a comunidade, também pode fazer despertar o interesse da população em buscar, quando possível, aprimoramento das técnicas empregadas em suas atividades de subsistência. Além disso, o acesso a esse conhecimento mais acadêmico, pode servir também de incentivo aos estudos, principalmente para população mais jovem que pode enxergar nesse processo, novos panoramas para a melhoria de sua vida e da sua comunidade.

Outra metodologia importante é a narrativa visual, usada em muitos trabalhos acadêmicos sobre temas relativos ao modo de vida, conforme registrou Figueiredo (2010, VER FOTOGRAFIA OU ANTROPOLOGO QUE TRABALHOU A FOTOGRAFIA) Para co-autoria do atlas faremos a inserção de fotografias, feitas tanto pelo pesquisador, como também pela comunidade, de forma que seja possível trazer o olhar daquele que vem de “fora”, e daquele que está “dentro”, possibilitando assim inúmeras interpretações sobre a relação da comunidade com o território, com a paisagem, e até mesmo sobre consigo mesmo.

A fotografia, quando utilizada nesse tipo de trabalho de pesquisa, tem como fator preponderante, além do registro em si, de ilustrar rostos, técnicas e principalmente, o cotidiano dessas pessoas.

Em trabalhos de campo já realizados nesta pesquisa apresentamos um pequeno álbum fotográfico de nossa autoria.



Na comunidade de Castelhanos/Ilhabela embarcações como essa são muito utilizadas, feita com um único tronco de madeira é a mais bem adaptada às condições adversas do mar da região, acompanha o movimento das ondas e resiste ao embarque e desembarque constante dos pescadores

Foto de Sandro Vieira - 11/2019



O nascer do Sol em frente às inúmeras casas de pescadores em Castelhanos

Foto de Sandro Vieira 05/2019





3.1. Por um registro fotográfico participativo e a cartografia participativa

Às pesquisas sobre o registro cartográfico de povos indígenas e comunidades tradicionais partem da valorização dos sujeitos territorializados nos lugares, portanto registro fotográfico é uma narrativa do modo de ser, viver e trabalhar incluindo “aproximações, rupturas, tensões e conflitos, sempre influenciados por interesses diversos (no território - grifo nosso) frequentemente, de abrangência pontual e restrita, mas que repercutem globalmente em grupos que compartilham das mesmas convicções” (SOUZA, 2016).

Desde a década de 1970 experiências cartográficas contra-hegemônicas apoiam movimentos sociais evidenciando o poder do mapa e a apropriação dele e de sua linguagem para questionar as visões de mundo imperantes e as formas convencionais de cartografar e explicar o mundo (HARLEY, 2002; PICKLES, 2004 *apud* Souza 2016). A Cartografia Social participativa já é uma prática emancipadora. Mas ainda assim, essa cartografia aplicada junto às comunidades tradicionais, acaba não atingindo toda sua potencialidade, e nesse sentido, a produção do Atlas das Comunidades Tradicionais do Litoral Paulista acaba sendo mais uma contribuição

para essa reflexão mais crítica. Cabe ressaltar, que conforme Wood (apud PICKLES, 2004, p.66), para fins de uma mudança que rompa com o atual status quo, é necessário não só a ideia crítica, mas também o entendimento de que um mapeamento deve ser produzido para além da compreensão do mesmo, mas também como “um meio de provocar mudança na forma como uma pessoa ou um grupo de pessoas veem o mundo”[TS1] .

As mudanças acerca do desenvolvimento teórico e metodológico vão para além do campo científico, atreladas diretamente às dinâmicas sociais presentes, ou seja, quanto maior a complexidade social, mais modifica-se as dimensões espaciais: culturais, políticas, econômicas e etc, e aumenta a complexidade social, altera-se as dinâmicas espaciais[2].

Nesse sentido, destaca-se a importância da consolidação da democracia e do estado de direito no Brasil, ampliando a participação social através do voto, dos movimentos sociais com suas reivindicações e participações na esfera pública, assim como a apropriação cultural das comunidades através do uso da cartografia, despertando na comunidade seu protagonismo como sujeitos de direitos, compreendendo os recursos naturais como bens comuns. Portanto, é possível observar nesta dinâmica a intrínseca ligação entre o conhecimento local e o conhecimento científico, ambos relacionando-se com seus objetivos.

A partir deste contexto, na medida em que os direitos básicos passam a ser conquistados e reconhecidos, surgem novas demandas, novos ciclos e suas respectivas novas indagações. É bom destacar, que antes de ser concedida por aquelas que a dominavam, ela é conquistada pelos movimentos sociais à medida que compreendem sua íntima relação com o exercício do poder e do controle espacial[3].

Apesar da desigualdade social entre ricos e pobres permanecer mantida, podemos afirmar que a chegada da informática no final do século XX transformou a forma de acesso e comunicação entre as diferentes camadas da população, proporcionando, mesmo com as devidas proporções, a participação social na gestão pública, assim como os acessos à ascensão financeira, formação profissional e cultural, fortalecendo assim as diretrizes democráticas contidas na Constituição Federal de 1988.

Cabe destacar a extrema importância do uso da cartografia e aprendizagem social pelos sujeitos historicamente subordinados às dinâmicas espaciais globais desde o final da década de 1970, proporcionando a participação desta população nos processos decisórios de seus interesses, seja na criação ou implementação das demandas presentes.

Desta forma, consideramos que este trabalho de mapeamento ancorado tanto pela cartografia social como com os registros fotográficos realizados pela própria comunidade, assim como também, com as informações a respeito de cada uma das comunidades tradicionais aqui retratadas, servirá de uma sólida base para futuras pesquisas e estudos.

[1] Referimo-nos aqui às ações coletivas que caracterizam a cartografia social, sempre marcadas pela intersubjetividade que caracteriza o encontro de diferentes sujeitos. Neles, frequentemente, os sujeitos envolvidos se articulam a partir de apropriações, recortes ou entendimentos específicos sobre a concepção dos projetos em curso.

[2] Estas dinâmicas se apresentam cada vez mais articuladas naquilo que Milton Santos (2002) chamou de sistemas de ação e objetos. Para este autor, é a partir destes sistemas complementares que se define o *espaço geográfico* como *meio técnico científico informacional*. Neste meio, as paisagens, a configuração territorial do trabalho, as rugosidades marcado por relações de continuidade e verticalidades.

[3] Nos países 'subdesenvolvidos' deve-se constatar que as transformações são principalmente negativas para a maioria da população e que estas determinam o aparecimento e o agravamento das dificuldades que não eram conhecidas antes. Mas as transformações não são apenas negativas, elas são também muito positivas. Assim, a única forma de considerá-las é aprendê-las como contradições.

Nesta pesquisa serão utilizados os procedimentos desenvolvidos por Gavazzi (2012), Souza (2016) e Fernandes (2016). Estes autores trabalharam com mapeamentos participativos em comunidades indígenas, quilombolas e da periferia urbana de São Paulo. Seus trabalhos fornecerão conceitos para fundamentação da abordagem participativa do Atlas das Comunidades Tradicionais do Litoral Paulista.

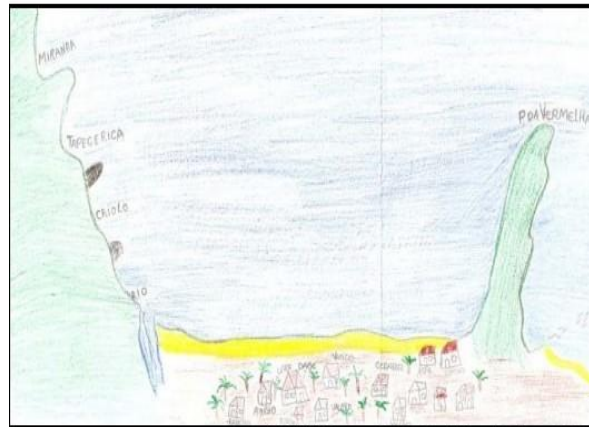
Para realizar o método de mapeamento e fotografias geográficas participativas da cultura caiçara será necessário o envolvimento das comunidades, uma vez que a ideia deste atlas é contribuir para o fortalecimento destas Comunidades.

Destes trabalhos citados como referência da narrativa visual destacamos algumas imagens (Quadro 1 - narrativa dos autores de referência). A seguir também incluímos neste trabalho de conclusão as experimentações fotográficas preliminares realizadas nos trabalhos de campo exploratórios realizados (Quadro 2).

Quadro 01 - Narrativas das referências bibliográficas pesquisadas.



Elaborado por Monise - Praia
FONTE: Acervo Elementos da Nat

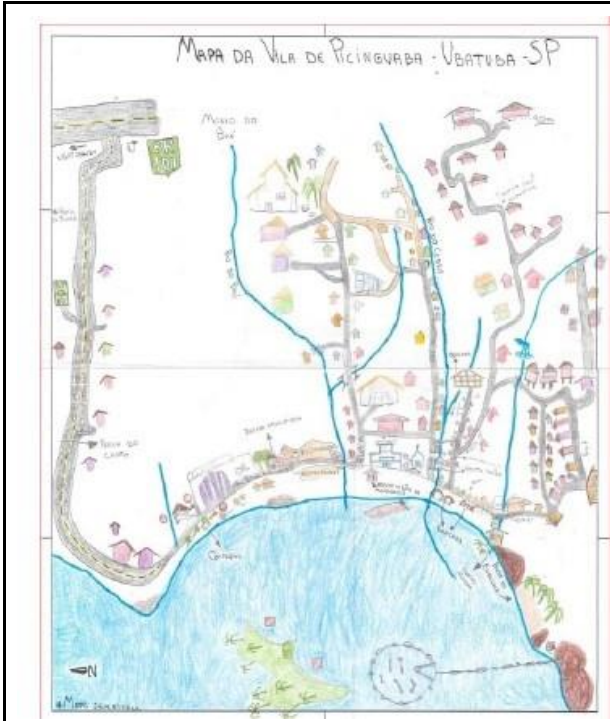


FONTE: Acervo Escola Tradicional Caiçara, 2006
Elaborado por Hebert Pinho de Souza

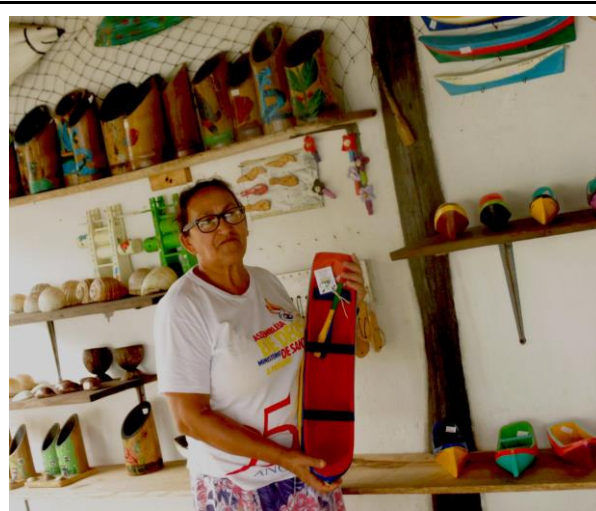


Fotos: Acervo Elementos da Natureza, 2007
Elaborado coletivamente pelos moradores

Figura 15 - Mapa da Comunidade de Praia Mansa.



Quadro 02 - Narrativas visuais prospectadas nos trabalhos de campo exploratórios desta pesquisa de conclusão de curso.





1. Desenho realizado por uma criança moradora da praia de Castelhanos, descrevendo a vida na comunidade (Acervo Elementos da Natureza, 2008)
2. Mapa mental da Comunidade Praia Vermelha (Escola tradicional caiçara, 2006)
3. Mapa comunidade Praia Mansa - Ilhabela - SP (Acervo Elementos da Natureza, 2007)
4. Mapa da Vila de Picinguaba (Revista Mares, 2019)
5. Mapa mental Canto do Ribeirão (Acervo Tradicional caiçara, 2006)
6. Roça - Mapa mental (Acervo Elementos da Natureza, 2009)
7. Cartografia participativa aplicada ao desenho ambiental (Yasminne Parra Tomaz (2017)
8. Projeto Povos - Observatório de territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina (2019)
9. Rede hidrográfica como base para construção de mapa comunitário (Tarcio Magalhães Tognon Vieira de Souza, 2016)
10. Casa, canoa e cachorro - Castelhanos, Ilhabela/SP (Sandro Vieira, 2021)
11. Dona Laurinda e seu artesanato - Castelhanos, Ilhabela/SP (Sandro Vieira, 2020)

12. Redes e canoa aguardando a melhora do tempo - Castelhanos, Ilhabela/SP (Sandro Vieira, 2020)
13. Secagem dos peixes - Ilha Diana (Juice Santos, 2011)
14. Crença e luta - Ilha Diana (Marcelo Assis Pfeifer, 2019)
15. Pescador e suas redes - Ilha Diana (Juice Santos, 2011)
16. Escombros de um engenho Castelhanos, Ilhabela/SP (Sandro Vieira, 2021)
17. Cemitério no meio da mata em Castelhanos, Ilhabela/SP (Sandro Vieira, 2021)
18. Pezão, morador e guia turístico- Praia do Gato, Ilhabela/SP (Sandro Vieira, 2019)

Proposta de Sumário para o Atlas

O Atlas será dividido em municípios do litoral paulista, com capítulos/partes de cada município e as comunidades tradicionais que fazem parte desse. Dentro de cada comunidade teremos os seguintes conteúdos:

- Breve histórico da comunidade
- Principais atividades de subsistência e serviços ecossistêmicos
- Fotografias do cotidiano da comunidade produzida pelos próprios moradores
- Desenhos feitos pelas crianças da comunidade sobre como elas enxergam a paisagem em que vivem
- Mapa colaborativo

ÍNDICE Atlas das comunidades tradicionais do litoral paulista

05 BERTIOGA 08 - VILA DA MATA 14 - MORRO DO MACUCO	21 CANANÉIA 22 - VILA DO MARUJÁ 28 - ENSEADA DA BALEIA 34 - PONTAL DO LESTE	40 CARAGUATATUBA 41 - CAMAROEIRO	46 GUARUJÁ 47 - PRAINHA BRANCA	53 IGUAPE 54 - JUREIA 60 - BARRA DO RIBEIRA
66 ILHA COMPRIDA 67 - VIARRÉGIO 73 - VILA NOVA 79 - PEDRINHAS 85 - OSTRAS JURUVAVA	91 ILHABELA 92 - CASTELHANOS 97 - BUZIOS 103 - PORTO DO MEIO 107 - PITANGUEIRAS 113 - FIGUEIRA 116 - SOMBRIO 121 - SERRARIA 126 - BONETE 131 - MANSA 136 - ENCHOVAS	141 ITANHAÉM 142 - RIO BRANCO 146 - APRODIVINO	151 MONGAGUA 152 - BOAPEL	156 PERUÍBE 157 - VILA DA BARRA DO UNA
163 SANTOS 164 - ILHADIANA	168 SÃO SEBASTIÃO 169 - RIBEIRÃO SILVEIRAS	175 SÃO VICENTE 176 - ALDEIA PARANAPUÁ	177 UBATUBA 178 - ALDEIA RIO BONITO 184 - CAMBURI 189 - QUILOMBO DA FAZENDA 194 - JURUBA 200 - CACANDOCA 205 - RENASCER 209 - BOA VISTA 2013 - CAMBURYRA	

Conclusão

Conforme o que foi apresentado nos capítulos anteriores, a produção de um atlas que documente e registre as populações tradicionais do litoral paulista se faz muito importante e urgente, principalmente num momento de tamanha instabilidade política em que os direitos desses povos tornam-se cada vez mais ameaçados.

Temos assistido a inúmeros golpes contra povos tradicionais, principalmente indígenas, em decorrência do avanço do agronegócio e da extração de minerais. Golpes que atingem esses povos não só apropriando-se de suas terras, mas também degradando o território e até mesmo violentando seus corpos. Já em comunidades tradicionais caiçaras, temos o turismo e o mercado imobiliário exercendo essa função na pressão contra esses povos.

Além disso, a rica cultura caiçara que habita a faixa litorânea do Estado de São Paulo sofre constantes ataques por parte do mercado imobiliário, e mesmo as áreas em que existem Unidades de Conservação já não são mais garantia, uma vez que têm surgido inúmeras propostas para concessão e exploração dessas áreas para a iniciativa privada.

Histórias de vida como a de Dona Laurinda e sua família de pescadores precisam ser valorizadas enquanto ainda estão vivas nas vozes de seus principais interlocutores, pois tais histórias também guardam um arcabouço de conhecimento sobre o mar, a terra e as matas que os circundam. Assim, reiteramos a importância da produção e distribuição do *Atlas dos Povos Tradicionais do Litoral Paulista*, pois este também abriria caminho para novas pesquisas que podem trazer ainda mais embasamento para estudos relacionados às práticas de etnoconservação.

Ainda pensando sobre as atividades de pesquisa científica, o Atlas poderia ser bastante útil como uma espécie de guia para aqueles que buscam um passo inicial para direcionar suas pesquisas de forma mais específica sobre comunidades caiçaras do litoral de São Paulo, e ao mesmo tempo, traria informações relevantes que também reafirmam e fortalecem a cultura caiçara.

Referências Bibliográficas

ADAMS, Cristina. *Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental*. Recife: Sociedade brasileira de etnobiologia e etnologia, 2002.

ALMEIDA, Antônio Paulino. *Usos e costumes praianos*. In: DIEGUES, A.C. Enciclopédia Caiçara - Vol. IV.

ANDRADE, Manoel P. e IADANZA, Enaile E. S. *Unidades de Conservação no Brasil: algumas considerações e desafios*. Revista de Extensão e Estudos Rurais. Viçosa: 2016

CAMPOS, Larissa Paraguassú. *Preservação ambiental e ecoturismo na comunidade Marujá, Ilha do Cardoso-SP*. UFMG: Belo Horizonte

CARVALHO, Moacyr R. *Dicionário Tupi (antigo)-Português*. Salvador, Bahia. 1987

CUNHA, Manuela Carneiro. VILLAS-BÔAS, André. HAYAMI, A. Toshio. *Os caiçaras da Jureia à frente da conservação*. São Paulo: Folha de São Paulo, 10/10/2019, A3.

DIEGUES, A. & ARRUDA, R. *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Ministério do Meio-Ambiente, Brasília, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, p. 52

MARCILIO, M.L.(1986) *Caiçara: terra e população. Estudo de demografia histórica e historia social de Ubatuba*, S.P. Paulinas/Cedhal/USP

NOELLI, Francisco. *Rotas de expansão dos Tupi*. Revista de Antropologia. São Paulo, USP. 1996

PIFFER, Assis Marcos. *Ilha Diana Paisagens – USP: São Paulo, 2019*

PIRRÓ, Mariana. *Práticas de pesquisa de campo com comunidades tradicionais: contribuições para a gestão participativa do Arquipélago de Ilhabela-SP*. USP: São Paulo, 2010

SAUER, Carl. *Cultural Geography*. Enciclopedia of the Social Sciences, Volume VI, Mac Milan, 1931. Em: Espaço e Cultura, nº3, 1997. Tradução Suzana Mara Miranda Pacheco.

VARGAS, Milton. *Baixada Santistas, suas bases físicas*. Revista da USP, n. 41, 1999